

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 18-12-2023.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quarenta e oito minutos, foi realizada a chamada para a vigésima nona sessão extraordinária, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 032/23 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 749/23. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e três minutos às quinze horas e nove minutos, para a realização de reunião conjunta de Comissões Permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Conceição, Claudio Janta, Karen Santos, Roberto Robaina, Biga Pereira, Tiago Albrecht, Moisés Maluco do Bem, Lourdes Sprenger e Jonas Reis. Às dezesseis horas e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/23 (Processo nº 1198/23), após ser encaminhado à votação por Jonas Reis e Idenir Cecchim, por vinte e quatro votos SIM, três votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Jonas Reis e Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, tendo votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Jonas Reis, e tendo optado pela Abstenção Pedro Ruas e Roberto Robaina. Na oportunidade, foram aprovados Requerimentos verbais, formulados por Fernanda Barth, Comandante Nádia e Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação de matérias constantes na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi apregoada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/23 (Processo nº 1175/23), bem como aprovado

Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 480/23 (Processo nº 0812/23), de autoria de Mônica Leal e de Cassiá Carpes, bem como aprovado Requerimento, de autoria de Cassiá Carpes, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem das matérias prioritizadas na Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/23 (Processo nº 1159/23), após ser discutido por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Mônica Leal, Engº Comassetto, Jessé Sangalli e Cassiá Carpes. Foi apregoada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/23, de autoria de Roberto Robaina, bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento, de autoria de Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/23. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/23, por vinte e seis votos SIM e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e tendo votado Não Comandante Nádia, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/23. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/23. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/23, por vinte e cinco votos SIM e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 156/23 (Processo nº 0314/23), após ser discutido por Mari Pimentel, Engº Comassetto e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 156/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 156/23, por trinta e dois votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante

Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e tendo votado Não Cláudia Araújo. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e trinta e cinco minutos às dezessete horas e trinta e sete minutos. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para o dia de hoje. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 586/23 (Processo nº 0994/23), por trinta e três votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 493/23 (Processo nº 0835/23), por trinta e três votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Barth, solicitando a retirada de tramitação de matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi apregoado o Ofício nº 4176/23, firmado por Sebastião Melo, Prefeito, por meio do qual encaminha o Projeto de Lei do Executivo nº 046/23. Foi apregoada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 419/21, de autoria de Idenir Cecchim e de Lourdes Sprenger (Processo nº 0995/21), bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 225/23. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 030/23 (Processo nº 1271/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 025/23 (Processo nº 1194/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 039/23 (Processo nº 1189/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 038/23 (Processo nº 1184/23). Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Conselheiro Marcelo e Jonas Reis, solicitando alterações na ordem de apreciação de matérias constantes na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/23 (Processo nº 1154/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado

o Projeto de Lei do Legislativo nº 082/21 (Processo nº 0248/21). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 082/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 082/21. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 336/22 (Processo nº 0664/22). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 282/22 (Processo nº 0556/22). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 419/21 (Processo nº 0995/21), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 419/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 419/21. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Karen Santos em ter votado contrariamente ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 030/23. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 105/23 (Processo nº 0227/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 442/21 (Processo nº 1040/21). Às dezoito horas e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Idenir Cecchim, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1322/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 032/23, que autoriza o Poder Executivo e o Departamento Municipal de Habitação (Demhab) a doar imóveis ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), da Caixa Econômica Federal (CEF), para fins de construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e revoga a al. a do inc. III do art. 1º; e os itens 1 a 12 da al. a do inc. IV do art. 1º da Lei nº 11.599, de 23 de abril de 2014. **(SEI 118.00678/2023-61)**

PROC. Nº 1314/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 749/23, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 1 (uma) função gratificada de Contador-Geral, código 2.2.2.6, no item Função Específica do Quadro de Funções Gratificadas constante do art. 20 da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e

alterações posteriores; altera o caput e o § 5º do art. 50-J da Lei nº 5.811, de 1986, e alterações posteriores; e revoga o inc. VI do § 5º do art. 1º e o inc. XII, com suas alíneas, do art. 13, todos da Resolução nº 1.367, de 2 de janeiro de 1998 – que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. (SEI 054.00023/2023-75)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Quero registrar que hoje é o último dia do nosso fotógrafo Gabriel Ribeiro aqui na Câmara. Registrou fotos de muitos colegas aqui, agora encerra a sua missão. Nós temos a agradecer ao trabalho desse colorado doente. Parabéns pelo teu trabalho. Nós, aqui na Câmara, somos gratos ao teu trabalho. (Palmas.)

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h52min) Estão reabertos os trabalhos. Convido o Ver. Idenir Cecchim, Presidente da CCJ, a presidir a reunião conjunta das comissões.

Estão suspensos os trabalhos para a reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h5min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h09min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Presidente Hamilton, boa tarde. Boa tarde, Srs. Vereadores e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara. Desde a manhã, a gente está ali no bairro Lomba do Pinheiro acompanhando os moradores que estão por dias sofrendo com a falta de água, que é um problema recorrente. Eu quero fazer uma distinção muito clara: o problema da falta de água não tem a ver com o problema do governo Melo; é um problema que vem de governo após governo. Eu me criei ali na Lomba do Pinheiro e, desde que eu tinha meus 12 anos, a falta de água sempre foi um problema. Então, é um problema sistemático e que nós não podemos mais empurrar com a barriga. Hoje, pela manhã, eu falava com o diretor do DMAE, um homem muito dedicado, um homem comprometido e que, amanhã, vai estar chamando a liderança dos moradores da Lomba do Pinheiro para ouvi-los. Mas a população não quer ser ouvida; a população quer água. A população não quer mais um diretor bem-intencionado dando desculpas de um problema que não tem desculpas. E eu vejo que já passou do tempo, porque governo após governo enfrentou esse problema e tudo que deu foram desculpas.

Eu estou com vídeos de mães de autistas, de pessoas que estão com as pias entulhadas de louça suja. A população não quer mais carro-pipa; a população quer água, a população quer resposta. Pegando esse bojo, esse momento crítico, porque é o mesmo problema toda vez que se aproxima o verão, então, por que não pegar agora, de fato, se esse é um problema de governo após governo, por que não tomar uma decisão radical realmente? Enfrentar o problema, privatizar o DMAE e botar uma empresa que vá trazer respostas? Milhões e milhões são investidos e a resposta... Porque essa água não é dada para a população de graça, essa é uma água que a população paga e paga por um serviço que, quando mais precisa... Agora, com este calor de quase 40 graus em Porto Alegre, não ter água é um crime. Não ter água em Porto Alegre é uma falta de consideração com os moradores que mais sofrem.

Então, fica a minha fala, a população está lá colocando barreiras, a polícia está lá e está um confronto, porque o que precisa chegar é a água. O problema é resolvido se a água chegar, se a água for liberada, se, quando a torneira for aberta, a água chegar nas casas. A água vai ser paga, a população quer pagar água, mas tem pago por um serviço que não está sendo entregue.

Então, a gente precisa parar de dar desculpa, porque o governo Melo vai terminar, esse problema não vai ser resolvido, o próximo governante vai chegar e o problema vai continuar sendo enfrentado sem respostas. Nós precisamos ver se realmente o que está proposto, se o DMAE tem condições de dar, por que não está dando? Ou a gente faz o que já tem sido feito, essa palavra privatização é amaldiçoada, mas, na verdade, a gente tem que amadurecer, a gente tem que enfrentar os problemas. Continuar dando respostas, desculpas e o problema não sendo enfrentado e a água não chegando, isso é uma indignidade para a população, para as pessoas que mais precisam ter o cuidado. A Lomba do Pinheiro, o Lami, o Morro da Cruz e tantos outros lugares precisam de uma atenção e atenção básica. Água é essencial. Muito boa tarde, muito obrigado e que Deus abençoe.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, nosso Presidente, público que nos assiste das galerias, através das nossas plataformas, da TVCâmara e da Rádio Câmara. Venho falar aqui em liderança do meu partido. Hoje está tendo um encontro do governo municipal no auditório do Ministério Público aqui perto de nós, e, nesse encontro, cada secretaria está indo fazer o seu relatório. Para nossa surpresa, esteve lá o secretário da Saúde, o secretário Ritter. Ele disse lá hoje que tem em torno de 1.800 inscrições de famílias de autistas para o Certa. Só que o Dr. Alceu, que é o diretor do Certa, o Hospital Vila Nova, eles estão há dois meses pedindo um aditivo de R\$ 26 mil para a Secretaria da Saúde, com o que poderão contratar duas fonoaudiólogas e dois TOs. Se ele der mais R\$ 4 mil, poderão contratar psicólogas para atender às mães das crianças.

A Secretaria da Saúde perdeu o convênio de ortopedia na Restinga, porque disse que o governo do Estado não fez os repasses. Só que o governo do Estado já reafirmou que pagou mais de 700 cirurgias, e a Secretaria da Saúde só fez 30, só encaminhou 30 pessoas para fazer cirurgia de ortopedia, que tem uma demanda reprimida imensa. A Secretaria da Saúde fechou a pediatria do Vila Nova, a UTI do Vila Nova fechou, porque criança não fica doente no verão, pelo jeito. Só que o secretário Ritter se esquece que só este vereador aqui mandou R\$ 1,45 milhão para o Certa este ano; a Ver.^a Tanise mandou R\$ 200 mil, o Ver. Pedro Ruas, se eu não me engano, mandou R\$ 100 mil, e por aí vai. O Ver. Cassiá Carpes, o João Bosco Vaz, e aí vai indo. Os vereadores mandaram dinheiro para o Certa, e ele não consegue fazer um aditivo de R\$ 26 mil, que poderia atender mais 50 crianças. Além disso, foram todos técnicos da saúde, educação, assistência social lá na Av. Sertório, na Escola Tocchetto, já deram todas as necessidades técnicas de funcionamento da Escola Tocchetto para ele liberar, e só falta ele assinar. Lá na Tocchetto, não será só acima de 12 anos; vai ser permitido atender idosos autistas, vai ter um atendimento infantil igual ou maior que o Certa da Igreja São Jorge. E o secretário Ritter não assina, e a sua desculpa é que ele vai começar a cumprir o que diz o Ministério da Saúde; só que o Ministério da Saúde não diz nada sobre o autismo, está sendo construído nos padrões de Porto Alegre, como foi a abertura dos postos até as 22 horas. Está sendo construído! Ele só se esquece que aqui tem lei aprovada por esta Casa, tem recurso destinado por esta Casa, e eu não sei por que ele não abre. Eu não entendi, até agora, por que ele não faz um aporte de mais R\$ 26 mil para atender mais de 50 crianças? Isso ajudaria, e muito, o Município.

Eu acho que o secretário entende muito é de dente, porque ele é dentista; agora, sobre saúde, ele não entende porcaria nenhuma e está comprovado: olhem o problema da saúde que deu em Canoas e deve estar chegando em Porto Alegre. Ele era secretário lá. Deve estar chegando em Porto Alegre, porque o incompetente do secretário não assina o documento que tem que assinar! Por quê? É a pergunta que eu faço, porque cada decisão da justiça custa para a Prefeitura de Porto Alegre de R\$ 14 mil a R\$ 21 mil, cada intervenção judicial custa para os cofres públicos de R\$ 14 mil a R\$ 26 mil, mantendo uma média de R\$ 16 mil. Só que, lá no Certa, cada criança, com toda a estrutura do Certa que agora está construindo uma piscina para as crianças que vai ficar pronta no final do ano, está fazendo uma casa, onde as crianças vão ter a sua autonomia, todo esse custo do Certa com fonoaudiólogo, psicopedagoga, psicóloga, recepcionista, ar-condicionado, café, almoço, lanche e janta para as crianças autistas e todo o atendimento que as crianças têm custa R\$ 2,7 mil, com tudo, até a água, a luz e o telefone, R\$ 2,7 mil. Por que a Prefeitura faz a opção de pagar uma média de R\$ 16 mil, em vez de baratear para R\$ 2,7 mil? Por que o secretário Ritter não encaminha para o prefeito o documento que ele tem que encaminhar? Isso é uma política de governo, é uma política que nós assumimos com as populações de Porto Alegre. E não só nós, a nossa chapa que foi a vitoriosa, mas todas as pessoas que disputaram as eleições passadas assumiram que iriam criar um centro de referência do autista. Só que o secretário Ritter é mais realista que o rei, ele é mais realista que a Secretaria da Educação, Assistência Social e da Saúde, e mais

o esporte e a cultura que estão todas lotadas no Certa Mais, que vai atender, no mínimo, o dobro de crianças que são atendidas na São Jorge. Inclusive, vai atender autistas idosos, vai ter curso profissionalizante e está na mão do secretário que hoje vai lá na gestão do governo dizer que tem 1,8 mil crianças precisando de atendimento no Certa. Só que essas crianças jamais se recuperarão – jamais! Quanto mais ele atrasa o atendimento dessas crianças, menos elas conseguem se desenvolver e evoluir. Então, o secretário Ritter está fazendo um crime contra as famílias autistas na cidade de Porto Alegre. Só que o secretário Ritter esqueceu – e eu costumo dizer aqui que o diabo não sabe para quem aparece, quando o diabo aparece, a pessoa sabe quem é – que o meu R\$ 1,45 milhão de emenda está com a rubrica para a construção do Certa Mais. Então, no meu dinheiro para saúde, para o autismo, ele não vai mexer para botar não sei onde, nem vai pagar indenização. Ele vai ter que fazer e construir o Certa Mais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Solicito encarecidamente aos colegas que se atenham ao tempo de 5 minutos.

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, uso o período de Liderança do PSOL para me somar à denúncia em solidariedade aos moradores da Lomba do Pinheiro, da Quinta do Portal que estão, neste exato momento, em protesto após três dias de desabastecimento de água na região. Isso é uma crueldade por parte do governo Melo, que vem sangrando a população justamente para legitimar o projeto privatista do Departamento Municipal de Água e Esgoto. É inadmissível novamente este verão... e é importante a gente retomar: no ano passado, passamos por essa mesma situação, Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro, as comunidades tiveram que fazer protestos até ter uma mediação por parte do governo no cadastro e distribuição de caixas d'água para as famílias e o abastecimento dos caminhões-pipa. O que está faltando para esse governo adotar essa mesma política? É sangrar a população para legitimar, como bem colocou aqui o Ver. Cláudio Conceição, como se a única alternativa fosse privatizar o departamento.

Enquanto a gente não tiver correlação de força para votar o projeto aqui, sangra a população que está esperando as obras da Ponta do Arado estarem prontas. O prazo para estar concluída a obra de abastecimento, que justamente é levar água para a Zona Sul da cidade, para a Zona Leste, está parado há mais de seis meses, porque a empresa simplesmente abandonou o contrato. Vão ter que ser aportados mais R\$ 130 milhões para concluir a obra, que deveria estar pronta em janeiro de 2024 e agora, quiçá, para 2025. Enquanto isso, o DMAE com superávit em caixa de R\$ 400 milhões, que poderiam estar sendo utilizados numa política emergencial novamente de distribuição das caixas d'água e da distribuição também dos caminhões-pipa. É inadmissível, uma sensação térmica de 40 graus nesse final de semana, e a comunidade da Lomba do

Pinheiro há três dias sem abastecimento de água, gente. Isso é desumano, isso é desumano.

A política do governo Melo para legitimar a qualquer custo a venda do departamento é cruel, e não é de hoje que os trabalhadores estão alertando a Câmara: o DMAE vai entrar em colapso em janeiro. Quem participou da apresentação técnica que foi feita pelo Cores DMAE, pelo sindicato, entende que tem uma intencionalidade nesse desabastecimento da Zona Sul e da Zona Leste da nossa cidade. Então, população, não sejamos ingênuos. Eles vão nos sangrar novamente neste verão. Por isso tem, sim, que se mobilizar; por isso é que tem, sim, que fazer protesto; por isso que tem, sim, que fechar a Rafaela Remião. Foi assim que a gente conquistou, em dezembro do ano passado, a mitigação, as migalhas que foram aquelas distribuições das caixas d'água. Para este ano, lideranças do governo, vamos deixar mais quanto tempo a nossa comunidade sangrando? Comunidade da Mariante, comunidade da Quinta do Portal, Vila Mapa. O que faltou para encaminhar a distribuição das caixas d'água e o abastecimento dos caminhões-pipa? Vamos ficar fazendo um silêncio neste plenário?

A política do governo Melo é sangrar o nosso povo, assim como está sangrando no transporte em que tem a obrigatoriedade, a obrigatoriedade por decreto, de ligar os aparelhos de ar condicionado a partir de 24 graus, e a gente todo dia recebe denúncias no nosso mandato mostrando com vídeo, com foto, que isso está sendo desrespeitado. As empresas devem milhões para o Município – R\$ 45 milhões para ser mais exata – em relação às multas pelo não cumprimento das metas de qualidade do transporte. E novamente neste verão a gente vai ter que brigar para que se tenha algo que está em decreto, para que aquilo seja fiscalizado. Então é muito desrespeito. Estão nos tirando a água, estão fazendo com que o nosso povo tenha que se transportar na cidade enfrentando um sufoco. As crises climáticas vieram para ficar, é uma onda de calor que a gente vai enfrentar nas próximas semanas. Eu questiono as lideranças do governo: quais as medidas emergenciais paliativas que vocês têm a oferecer para a população, porque é muito sofrimento, é muito desumano isso que vocês vêm promovendo no nosso Município para legitimar política privatista. Então vende o DMAE, vende a Carris, vende tudo, e a situação do povo pobre da nossa cidade só piora.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Moisés, presidindo a sessão; vereadores, vereadoras, público que assiste pela TVCâmara; hoje, às 13h, eu tive uma atividade, convidei vários vereadores, vereadoras, convidei a imprensa, para apresentar uma denúncia gravíssima sobre o DMAE.

A Ver.^a Karen justamente tratava de um problema que a população de Porto Alegre está vivendo hoje. Há vários bairros com falta d'água, num dos dias mais quentes do ano, e o nosso DMAE tem sido, ao longo dos anos, sucateado, e o sucateamento do DMAE, eu não tenho a menor dúvida, tem como objetivo a privatização dessa empresa

que é uma empresa fundamental para o povo de Porto Alegre, uma empresa que tem recursos. Hoje, o DMAE tem cerca de R\$ 300 milhões de superávit e não há investimento, e como não há investimento, como não há contratação de servidores, o DMAE vai sendo sucateado e parte do sucateamento do DMAE também é um processo de terceirização. Como todos sabem, no caso do meu partido, o PSOL, eu estou falando como liderança da oposição, mas é importante especificar que o PSOL tem combatido os processos de terceirizações que existem no serviço público e denunciado as terceirizações como um mecanismo de corrupção, de desmonte do serviço público e de corrupção. Agora nós viemos a público trazer uma denúncia gravíssima feita por um empresário, o Sr. Luiz França, que era o responsável operacional da MG Terceirizações. A MG Terceirizações teve vários contratos com o Município de Porto Alegre, contratos com o HPS, com o Presidente Vargas, a MG Terceirizações fez contratos com o Estado, contratos com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, assinados por esse empresário Luiz França e pela Ana Pellini, que era secretária do meio ambiente estadual e hoje é secretária do programa de parcerias do governo Melo; pois este empresário, já em janeiro de 2021 – é importante que se refira à data, porque em janeiro de 2021 nós tínhamos uma greve dos trabalhadores dessa empresa, a MG Terceirizadas –, denunciou que visitou o Alexandre Garcia, diretor do DMAE, que havia sido nomeado recentemente pelo prefeito Melo, em janeiro de 2021, e este empresário se reuniu com o diretor do DMAE. A partir dessa reunião, nós tivemos – isso é parte da denúncia, e a imprensa vai começar a repercutir – ligações entre agentes políticos falando, pelo denunciante, em nome do Alexandre Garcia, que é um agente público que veio de Pelotas, foi presidente da Sanep, depois de sair da Sanep foi substituído pela chefe de gabinete do Fabrício Tavares, o Fabrício Tavares é um ex-vereador de Pelotas, foi pré-candidato a vice da candidata Paula, e foi o Fabrício que entrou em contato com esse empresário para, em nome do Alexandre Garcia, fazer uma negociação envolvendo propina, uma propina de 5%, para que o DMAE liberasse os pagamentos para essa empresa. Naquela oportunidade havia uma greve, o Alexandre Garcia, como diretor do DMAE, segundo esse denunciante, disse que seria para ele muito ruim o pagamento durante um período de greve, ele não poderia fazer o pagamento, porém resulta que, a partir dessa relação entre o Fabrício Tavares, o Valnei Tavares – que é o pai do Fabrício Tavares, e também um político conhecido na região de Pelotas –, a partir dessas ligações, os recursos foram liberados para a empresa, num primeiro momento. O denunciante fala de modo muito claro que foram, pelo menos, meio milhão de reais liberados em propina, pagos em propina – não é pouca coisa –, isso tem áudio do denunciante, áudio do Fabrício Tavares, e esse é o conteúdo básico da denúncia que eu apresentei. É muito importante que se diga isso, Presidente Moisés, porque nós estamos falando de um diretor do DMAE que ficou de janeiro de 2021 até janeiro de 2023, quando esse empresário denunciante procurou a Prefeitura de Porto Alegre, a Secretaria de Transparência, em dezembro de 2021. E o Alexandre Garcia ficou um ano na Prefeitura. Então, é evidente que nós queremos saber, primeiro, se as denúncias são verdadeiras; segundo, se as denúncias foram verdadeiras, isso já tinha em outros contratos do DMAE ou não; terceiro, é preciso saber não só a responsabilidade do Sr. Alexandre Garcia, mas

também quem é o chefe do Alexandre Garcia, porque nos áudios aparece a figura do chefe do Alexandre Garcia. Portanto, eu creio que nós necessitamos, na Câmara de Vereadores, fazer uma investigação. Por menos, nós tivemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Câmara de Vereadores envolvendo a educação, agora, nós temos prova testemunhal, nós temos áudios, nós temos um documento que mostra o recebimento de R\$ 5 mil para o Fabrício Tavares, nós temos a declaração de que havia uma propina de R\$ 60 mil ao mês de contratos de R\$ 1,2 milhão entre esse empresário, que era o diretor responsável pelas operações da MG e o diretor do DMAE, Alexandre Garcia. Numa situação como essa não é possível que o DMAE, sendo desmontado como tem sido, que a Câmara de Vereadores não investigue o caso. Por isso, eu vou entrar, sim, com o requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito, e espero, inclusive, que o governo assine, porque o governo não tem condições de ficar numa situação dessas sem dar explicação sobre a gestão do DMAE, sem dar explicação sobre a gestão do Alexandre Garcia, que ficou durante três anos nessa autarquia. Numa situação em que Porto Alegre se encontra, com bairros sem água e com o DMAE sendo desmontado. Defender o DMAE é defender a investigação em relação a esse caso. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; obrigada, Giovani, meu camarada líder, que me cede este espaço para seguir neste debate, e não é novidade para o conjunto dos vereadores e das vereadoras desta Casa que o mundo enfrenta esta grave crise climática: ora, vir aqui falar das enchentes, das chuvas, dos ciclones; ora vir aqui falar do intenso calor que atinge a nossa cidade. Justiça seja feita, as consequências, de forma mais intensa, acabam sobrecarregando de verdade as camadas mais populares que não têm acesso a um ventilador, a um ar-condicionado e água, olhem só, não ter acesso à água. Neste domingo, nossa cidade foi a segunda cidade com o índice de calor mais intenso do País, chegando a sensação térmica de mais de 40 graus, e não tinha sombra, e não tinha vento, e não tinha o que passasse o calor intenso.

Diante desse cenário, o que se espera do poder público? Nada mais, nada menos que a capacidade de dar respostas rápidas de acolhimento ao nosso povo, garantir segurança, saúde da nossa população. Entretanto, não foi isso que nós vimos. Casos de falta de água aqui já registrado pelos colegas na periferia da nossa cidade voltam a se repetir. Os moradores da Lomba do Pinheiro denunciam suas torneiras que estão vazias; na Vila Mapa, como a Ver.^a Karen aqui expressou, há registro de famílias que aguardam há mais de duas semanas por água, para que o abastecimento seja normalizado. Imaginem nós voltarmos para casa depois de um dia de trabalho, abaixo de sol, e nós não termos uma água para tomar um banho. Imaginem vocês os trabalhadores, as trabalhadoras da limpeza, da construção civil, dos ambulantes, chegarem em casa depois de uma carga horária extenuante, abaixo de sol, e não terem água na torneira? É desumano, é cruel, é

indigno nós enfrentarmos isso, e esta Casa, eu chamo atenção, tem a responsabilidade de apontar soluções para isso, há soluções de curto prazo; os caminhões pipa são poucos, há de se aumentar de forma mais rápida, a população espera por isso. Há um *slogan*, que todos nós, todas nós estamos vendo e ouvindo todos os dias em Porto Alegre, não é Ver. Cecchim? “Quem ama, cuida”. Ao que me parece, não se ama esta cidade: o poder público não ama e não cuida. Como é que ama a população e deixa chegar a essa situação? E aí tem vereador que vem aqui dizer que a solução é privatizar o DMAE. Então, por favor, Srs. Vereadores, vamos olhar: a Vale soterrou Brumadinho, a Braskem afundou Maceió, a Aneel apagou São Paulo, as Americanas deram o golpe na praça, mas as empresas públicas é que são mau exemplo? Não, Ver. Conceição, e digo mais, se o prefeito Melo, que quer e faz parcerizações, terceirizações, privatizações, que abra a mão de ser prefeito, porque tem quem queira ser. Não seja um zelador, que zela mal pelo seu povo, deixando a situação chegar ao nível que nós estamos. Quero dizer, por fim, Presidente, nós acabamos de protocolar aqui um projeto de lei para garantir a distribuição de protetor solar nos postos de saúde; nós acabamos de protocolar também a questão de espaços públicos com refrescamento. O nosso mandato não medirá esforços para redução dos danos e a garantia das condições de saúde adequadas para nossa população. É isso, muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado Ver. Moisés Maluco do Bem, na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, equipes técnicas, assistência nas galerias, bem como nas redes sociais. Subo a esta tribuna, ocupando o tempo de liderança do NOVO, para falar de dois assuntos que são pautas vitais do nosso partido de direita liberal, liberal conservador. O primeiro dos assuntos é a respeito da votação que a Assembleia Legislativa vai encarar no dia de amanhã. Infelizmente, o governador do Estado, Eduardo Leite, optou pelo caminho mais fácil de aumentar impostos, quebrando novamente, pela terceira vez, as suas duas promessas, no primeiro e no segundo mandatos, promessas de que não aumentaria impostos. Mesmo com o relator da reforma tributária, em Brasília, tendo tirado o dispositivo de recálculo de impostos, o governador prefere manter, e pior, fazer uma espécie de terrorismo com a classe produtiva, editando decretos, tirando subsídios setoriais. Nós, do NOVO, sempre estamos dispostos a discutir, de fato, subsídio setorial, porque muitas vezes perverte o mercado que deve ser livre, mas aqui estamos falando de subsídios de décadas, e não é no achaque, na chantagem, proposta por um governador, com a sanha de arrecadar, que nós vamos tirar esses subsídios, precisa ser feito algo num escopo de uma reestruturação tributária. Em 2019, o partido NOVO apoiou o Eduardo Leite nas reformas que fez do funcionalismo, corte de gastos. Os nossos dois deputados Giuseppe Riesgo e Fábio Ostermann foram a favor, portanto, não se trata de algo pessoal – aliás, não tenho nada, nós, do NOVO, não temos nada, porque nada consta contra a pessoa, o CPF do

governador, um homem ilibado –, agora, como governante, está péssimo. Já pode pedir música ao Fantástico, pois é a terceira vez, repito, que o governador quebra suas promessas de primeiro mandato e de segundo mandato de não aumentar impostos. O povo não aguenta mais, nós não aguentamos mais dar dinheiro para governantes usarem a seu bel-prazer. Amanhã, às 11 horas da manhã, defronte da Assembleia Legislativa, estarei lá para dizer “não” ao aumento de impostos.

E o outro assunto que eu gostaria de tratar que está sendo pauta de alguns colegas, especialmente pelo péssimo serviço prestado, é a respeito do DMAE. Nós precisamos ter uma lupa sobre a questão da regularização fundiária, sobre como os serviços básicos estão chegando na população. O serviço, aliás, pode ser público, porém, não estatal e nós precisamos, sim, discutir a desestatização ou parcerização do DMAE. Neste fim de semana, as praias do Rio de Janeiro e de Niterói estiveram balneáveis pela primeira vez na história recente daquele Estado, graças à privatização de ambas as empresas de saneamento. Se nós quisermos olhar pelos pobres de Porto Alegre, pelas pessoas das periferias, é urgente encontrar dinheiro novo, é urgente que nós façamos parceria público-privada, pois o DMAE já provou que não tem capacidade de per si. Nós precisamos achar dinheiro novo para o DMAE, nós precisamos pensar nas pessoas que, neste momento, estão sem água há vários dias, sem poder sequer tomar um banho neste calor. Sem hipocrisia, sem promessas vagas, sem gigantismo estatal, o NOVO é a favor da concessão do DMAE, vai pautar isso nas eleições do ano que vem, porque, infelizmente, parece não haver interesse do governo Melo em discutir neste momento. Portanto, será, sim, pauta do nosso partido, porque o NOVO pensa no pobre, no desassistido, em quem está na periferia e não quer saber se o cano vai ser estatal ou se vai ser privado, quer que, naquele cano, tenha água potável e que seja recolhido o esgoto das casas. Por isso, esses dois assuntos são importantes para o partido NOVO. Pela paciência e pelas escusas, obrigado, Sr. Presidente.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente Hamilton, colegas, todos que nos acompanham, quero, em primeiro lugar, agradecer ao líder da bancada, Ver. Gilson, e ao vice-líder, Ver. Conselheiro Marcelo, pela utilização do tempo da bancada. Eu ouvi atentamente o colega Tiago aqui e me sinto obrigado a esclarecer algumas coisas referentes à recomposição do ICMS, proposta apresentada pelo governador. Em primeiro lugar, o relator retirar a linha temporal da média da contribuição para a constituição do IBS me parece, literalmente, uma pegadinha, nosso sempre vereador João Carlos Nedel, pelo seguinte: o texto aprovado no Senado mantém, no art. 131, inc. III, claramente, que o IBS vai repartir os tributos proporcionalmente à arrecadação. E vamos falar abertamente aqui, o governador Eduardo Leite poderia

simplesmente não fazer a recomposição ou enviar para o Parlamento a discussão da recomposição. É muito mais simpático, é muito popular, mas, a médio e longo prazo, irresponsável. E é muito óbvio o movimento dos estados brasileiros, alinhados com o governo federal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estão fazendo a recomposição, aqueles que já não o fizeram. Vejam bem, se os governadores dos estados alinhados ao governo federal e ao ministro Haddad estão fazendo a recomposição, é óbvio que nós não podemos dar um cheque em branco, acreditando que a lei complementar que virá vai deixar o Rio Grande do Sul, que inclusive – faço uma observação – deu, na sua maioria, os votos para o opositor do atual Presidente da República, e simplesmente fingir que o governo federal, para beneficiar o Rio Grande do Sul, vai deixar uma lei complementar beneficiar exclusivamente o nosso Rio Grande do Sul. Gente, por favor, é claro que não! No próprio Estado, que é governado pelo partido do Ver. Thiago, o ICMS não é de 17%, já é de 18%.

Enfim, o governador Eduardo Leite certamente, a médio e longo prazo, terá, sim, no seu discurso, uma certeza: fez o que deveria ser feito mesmo que de forma difícil e compartilhei, com os deputados, com o Parlamento do Estado, a decisão do que queremos no futuro. Obrigado Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Sossmeier, vereadoras, vereadores, no final do ano é praxe sempre trazer algum resultado sobre a causa que nós defendemos, que não é de hoje. Então, quero trazer ao conhecimento dos senhores como está funcionando o atendimento aos cavalos que vêm de municípios vizinhos, com carroças, que são abandonados nas vias e também os que são resgatados de maus-tratos. Nós temos uma cabanha locada, arrendada, no Extremo-Sul, que alberga esses animais. Isso foi uma conquista lá de 2003, quando não tínhamos nada e era necessário albergar animais de grande porte, pois tínhamos muitos problemas nas vias de Porto Alegre. Então, para trazer ao conhecimento dos senhores, desde 2004 fomos construindo uma lei que foi aprovada 2008, sofreu uma ADIn e iniciou a sua implantação em 2010. Hoje carroças são proibidas em Porto Alegre; mas nós temos aqueles que teimam em contrariar a legislação, mas muitos estão vindo de fora de Porto Alegre, das divisas e também alguns ficam numa periferia que é extensa, que nós todos sabemos que são muitas vilas que ainda têm alguns animais. Então, de 1.118 chamadas – isso é o balanço ainda do ano passado – 69 casos realmente se enquadraram na lei por maus-tratos; 882 animais foram resgatados, soltos nas ruas; e tem um detalhe, às vezes o animal não está bem, é solto, a EPTC resgata, trata o animal e depois de um tempo aparece o tutor para leva-lo de volta, com alguma autorização da Justiça, ou por que o animal não foi resgatado por maus-tratos. Então nós estamos apresentando uma lei para estes casos, porque tem reincidência, tem reincidência o animal que entra microchipado. Está ali o nome do tutor que leva, e aí tendo a reincidência não deve retornar ao tutor. Eu me sinto

gratificada de toda esta luta, com outras protetoras, e de que está tendo orçamento e está tendo esse atendimento. Então os casos são especiais que ainda temos que resgatar.

Eu também quero falar das mudanças climáticas, porque está um calor insuportável nas nossas casas, na rua, imagina-se também na periferia que é muito pior. Nós temos, sim, que repensar a situação climática, teve uma reunião internacional do COP, mas o que nós estamos enfrentando é a intensidade de chuvas que arrasaram o Rio Grande do Sul; os ciclones; este calor escaldante; a seca; rios que nunca secaram, estão secos; e temos também as temperaturas elevadas. Vou dar alguns exemplos: 42.9°, em 2022, aconteceu em Uruguaiana; a temperatura de 42.2° ocorreu em muitos municípios. É lógico que sem energia não se tem água e isso está acontecendo na nossa capital, a falta de água não podemos atribuir a responsabilidade somente ao prefeito, é um contexto. O que eu posso trazer aqui, que não foi dito, é que muitos caminhões pipa atenderam essas emergências, não é a Prefeitura que corta a água, não é culpa da Prefeitura que falta água; faltou energia, poucas horas depois não se tem água. Então nós temos que falar a verdade e dizer que sentimos muito, mais um verão que eu acompanhei. A outra que foi falado aqui são das caixas d'água que foram distribuídas no verão passado, são ações que o Município toma para minimizar esta situação gravíssima. Nós queremos dizer que o Município tem entregas, que está lutando por soluções. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu confesso que ouvi nesta tarde impropérios contra o DMAE que eu gostaria de não ter ouvido, gostaria de desouvir, de gente que não conhece a história desta cidade. Deve ser alguém que aportou por aí, caiu de paraquedas como vereador no último período e veio aqui falar que a privatização é a solução para resolver o caso da falta de água. Eu quero informar ao Ver. Conceição que, mesmo sendo servidor público, fala contra o serviço público, mas ele se esquece que um dos problemas, Ver. Conceição, da falta de água é a Equatorial privatizada que não está fornecendo a energia para o DMAE para as casas de bomba bombearem água. Mas isso ele não fala, ele vem naquele estilo Sebastião Melo que seleciona elementos para pintar o seu arco íris, mas aqui não, aqui V. Exa. vai ter que ouvir. Tem problema no DMAE? Tem. O DMAE não faz concurso público, tem dois mil cargos vagos, o DMAE tem falta de recursos porque não tem mais autonomia, os técnicos não são ouvidos. Primeiro era o Alexandre que até agora nós não sabemos porque caiu. Eu acho que os episódios desta tarde vão nos ajudar a saber por que ele caiu. Mas é engraçado que vem gente aqui estilo fanfarrão falar, falar, falar e se esquece que, lá em Uruguaiana, Ver. Tiago, do NOVO, foi privatizada a água, aumentou a tarifa e está faltando água. Ele não lembra de lá. O esgoto a céu aberto no Rio de Janeiro com a água privatizada, ele não sabe. O Ver. Tiago seleciona também extratos da realidade para fazer a sua famosa narrativa do paletó e do sapatênis, que é isso que é o partido NOVO. É uma gurizada que acha que sabe sobre serviço público, mas não sabe nada. Pergunta se algum

dia ele fez o que os trabalhadores do DMAE fizeram para garantir água nesta cidade, quando não tinha a mordça dentro do DMAE, com picareta na mão abrindo buraco e garantindo água potável para a população. Isso, V. Exa. não sabe, então, quando fala mal dos servidores é porque não se coloca no lugar de quem trabalha. E quero dizer mais: ele vem e fala que o privado é bom, o privado é bom, mas a empresa RGS que estava fazendo a Ponta do Arado faz 12 meses que está parada a obra, empresa privada que está em recuperação judicial. Vem aqui defender, vereador, uma empresa privada em recuperação judicial que abandonou a cidade e a incompetência do diretor Darcy, que é o adjunto do Sebastião Melo, que não consegue contratar outra empresa para continuar a Ponta do Arado. Isso vocês não falam aqui no microfone. Prometem água! Aí, vieram aqui e disseram ainda que é um problema recorrente, vem de vários governos. Mentira! Vem deste governo podre anterior do Nelson Marchezan e desta porcaria que é o governo Melo, que agora tem uma denúncia inclusive de negociação de propina. Nós queremos saber, a liderança do governo tem que vim falar para nós. É verdade ou não é verdade que estavam cobrando 5% nos contratos da MG? Que o Ver. Robaina veio aqui e trouxe as informações, R\$ 500 mil de propina – essa é a denúncia. E vocês até agora não deram um pio, aí falam mal do DMAE, quando a gente sabe que são as empresas privadas sempre envolvidas com isso, não tem servidor público. É engraçado que o servidor público tem arroxó salarial, não recebe seus direitos, suas progressões e está lá agora trabalhando para garantir água para a população enquanto as privadas abandonam. É isso que aconteceu. Então, nós queremos saber: o Sebastião Melo vai vir a público falar? Até o Sebastião podia explicar para nós por que o Alexandre Garcia saiu de lá. Que mistérios o tiraram do DMAE, agora apareceram os áudios. Quem indicou Alexandre Garcia, quem? Qual partido indicou o Alexandre Garcia? Se alguém aqui sabe, eu não sei, mas eu sou um dentre 36, quem sabe algum diga, V. Exa., Ver. Tiago, que é um cara bem informado, da comunicação, será que o senhor não tema informação de quem indicou o Alexandre Garcia? Ele vem de Pelotas, pelo braço de quem? Em Pelotas, a prefeitura é do PSDB. Se o Ramiro também quiser trazer dados para nós, caso tenha. Agora, eu digo, o problema da falta de água não é a do DMAE, problema é do prefeito, que faz três anos que promete e não entrega nada. Eu falei e fiz um projeto indicativo, nesta Casa, pedindo caixa d'água, que era um paliativo para a Lomba, não quiseram fazer, a Ponta do Arado está parada há 12 meses, porque os incompetentes privados não conseguem tocar uma obra. A empresa queria, simplesmente, adiantado o dinheiro. Como é que contratam uma empresa que pede dinheiro adiantado e está em recuperação judicial? São as maravilhas do governo Melo! Só o governo Melo consegue essas preciosidades para nós e vem defender o privado. Vocês não têm vergonha! (Som cortado por limitação de tempo.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Acabou o seu tempo, vereador, e eu cortei porque não é possível, toda vez que o senhor vai para a tribuna o senhor passa mais de um, dois minutos. Por favor, o senhor se retire da tribuna.

O seu tempo acabou, vereador, por favor, respeite o Regimento, saia da tribuna. O ano todo o senhor falou passando do seu tempo, respeite seus colegas. Dez segundos para concluir.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Cortaram a minha fala, vou falar em todos os projetos esta tarde.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Jonas Reis.

(16h07min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1198/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 026/23, que institui o Programa de concessão de crédito aos contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) classificados como A+ e A, nos termos da Lei Complementar nº 928, de 27 de dezembro de 2021. **(SEI 118.00640/2023-98)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relatora-Geral Ver^a Fernanda Barth: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLCE nº 026/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLCE nº 026/23. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, é importante a gente destacar aqui, para quem está assistindo (Lê.): “Institui o programa de concessão de crédito aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN –, classificados como A+ e A, nos termos da lei

complementar. Estabelece, basicamente, sistema por meio do qual até 50% do incremento real de arrecadação do ISSQN seja dissolvido aos contribuintes classificados como A+ e A tributados com alíquotas acima de 2%.”

Aí eu questiono o seguinte: as conjuntas deram parecer, mas a gente está tratando de um tema sobre impostos, e agora, neste momento mesmo, o governador Eduardo Leite também, este governador quer aumentar impostos. Eu não entendo o esforço que a gente faz, em nível municipal, uma luta, com projetos para garantir direitos à cidadania, direitos básicos. Aí a gente pergunta: a tributação é justa? Esta tributação é justa? Eu pergunto! Tem muitos aqui que apoiam. E aí a gente pergunta: realmente onde nós estamos vivendo? Que Porto Alegre é essa? Que serviço é esse que o governo entrega? Que serviço é esse? Como está organizado esse governo? Não está organizado! O dinheiro dos impostos é mal-empregado, é desperdício. Vou dar um exemplo, Ver. Prof. Alex Fraga: o asfalto que eles colocaram agora na Rua Santana é um asfalto que esfarela – um asfalto que esfarela. Tiraram o asfalto, que era bom – a Rua Santana não precisava de asfalto novo –, mas aí o dinheiro dos impostos caiu ali milagrosamente. Aí nós vamos em outras avenidas da nossa cidade, que há muito tempo esperam por obras, e elas não recebem. A Av. Vicente Monteggia fez um alagamento pequeno, não fez saneamento. O que adianta sem saneamento? Está entrando barro na residência dos moradores. A Vila Nova... Então, é um serviço meia-boca. Esse é o emprego dos impostos, quando não tem gente decente gerindo, cargos de confiança, secretários adjuntos que não entendem do que estão fazendo. Eu vejo aquele secretário dos serviços urbanos, ele fez um vídeo agora, recentemente, eu queria entender aquele vídeo dele, dizendo que tem um contrato para elevar 300 tampões da cidade. Sabe o que é isso aí? É irrisório – irrisório frente ao problema do desnivelamento das avenidas das ruas da capital, mas aí ele está lá com o seu vídeo, ganhando *likes*. Aí eu pergunto: ele é secretário ou ele é um candidato? É um secretário ou é um candidato a secretário? Essa é a pergunta que não quer calar. Outrossim, tem gente que vai lá e tira foto nas obras feitas pelo Executivo e ainda diz que faz obra. Eu não sei, tem gente que não entende a diferença entre Legislativo e Executivo. Vou explicar aqui: segundo o dicionário, o Executivo executa, ele faz; o vereador legisla, faz legislação. Aí os dinheiros dos impostos para isso... Desde quando vereador é executor? Então, para concluir, Presidente, já demos o tempo. Agradeço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 026/23, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou tentar compensar o tempo do Ver. Jonas de antes para que os outros vereadores tenham a mesma oportunidade. Esse projeto nada mais é do que aquela Nota Fiscal Gaúcha. Então, eu acho que não temos muito o que discutir nem explicar. É uma coisa boa para o Município, mas, principalmente, é boa para aqueles consumidores do Município, que podem juntar as suas notas fiscais e ter os benefícios no

final de todas as compras que efetuarem e pedirem nota dentro do Município de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelos Vers. Jonas Reis e Aldacir Oliboni, o PLCE nº 026/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, que solicita a retirada de priorização do PLL nº 358/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 358/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jonas Reis.

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 018/22, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com a manifestação contrária dos vereadores Aldacir Oliboni e Jonas Reis.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Eu gostaria apenas de fazer um registro, Presidente, ao conjunto desta Câmara Municipal, de reconhecimento pela retirada de tramitação do PLL nº 358/23. Isso atende a um pedido feito por mim e por um conjunto de lideranças do movimento LGBTQIA+ desta cidade, e sem dúvida alguma tem grande significado para a gente que entendia, nesse projeto, um grande ataque à nossa existência. Então gostaria de fazer esse registro em tom de reconhecimento. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, ao PLCE nº 023/23.

Apregoo Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 023/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 023/23 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Cassiá Carpes, ao PLL nº 480/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 480/23 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, substituindo o Requerimento nº 216/23 pelo PLCL nº 021/23. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para fazermos o esclarecimento: foi aprovado o adiamento, por uma sessão, do PLL nº 018/22, da Ver.^a Comandante Nádia – que retornará na quarta-feira –, e está aprovado pelo plenário; agora a Ver.^a Mônica Leal solicitou a substituição do Requerimento nº 216/23 pelo projeto de sua autoria, PLCL nº 021/23.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): O que está no espelho, para nós, 21 e 23 é de autoria do Ver. Cassiá. A Ver.^a Mônica quer trocar o 3 para outro projeto que nós, em tese, não sabemos o teor. Por isso é importante aqui a manifestação. Embora eu particularmente saiba do teor do projeto, pois conversei com ela, mas os demais vereadores não sabem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos ler a ementa. (Procede à leitura da ementa do projeto.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal, para colaborar com o plenário e darmos celeridade ao processo, pois esse número três seria um projeto que geraria bastante discussão, para colaborar, ela está trocando o número três por outro que é menos polêmico.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): E para reforçar, o projeto que se votaria é de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ela está propondo outro de sua autoria. Nada mais justo do que aprovarmos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): É para facilitar ao plenário.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1159/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/23, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui §§ 1º e 2º no art. 239 da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro 1992, permitindo a reciclagem de uso e a reciclagem de edificação de imóvel com ocupação comercial para ocupação residencial, inclusive por desdobramento em unidades autônomas e em habitações multifamiliares. (SEI 038.00100/2023-11)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relatora-Geral Ver^a Lourdes Sprenger: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCL nº 021/23](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, é interessante, acho que, às vezes, as coisas vão se fechando, vão nos ajudando, e a gente vai poder refletir mais coletivamente, Ver.^a Mônica. Eu tinha apresentado um projeto semelhante, vim aqui turbinado para apresentar alguma coisa nesse sentido, e a senhora, de fato, acertou, porque colocou dentro de uma lei já existente, portanto, com uma transformação.

No mundo inteiro, a começar com a cidade que todo mundo fala e deveria estudar mais, que é Barcelona, graças ao projeto de transformação de espaços devolutos, espaços comerciais, em habitação, se fez a habitação do Centro Histórico e basicamente do Porto. Mudou a cidade. Hoje, infelizmente com esse negócio do Airbnb, muito daquelas pessoas que vieram da periferia acabam agora locando para os turistas. Eles estão com esse problema. Não é o nosso caso hoje, pelo contrário, o nosso problema hoje é responder à falta de habitação. Ver.^a Mônica, eu vou lhe dar um exemplo, ao lado do camelódromo, tem um prédio federal: quem é que vai locar ou comprar para fazer escritório? Jamais, jamais! Com retrofit, nós podemos utilizar absolutamente todos esses prédios, essas unidades comerciais e de serviços em habitação. Eu acabei fazendo um pequeno manifesto, mandei para o Melo e mandei para algumas outras instituições. Eu

acho que é fundamental este projeto, mas Ver.^a Mônica, eu espero que seja levado adiante, não seja um simples projeto, mas como o Cecchim me parece que tem simpatia pela situação, tem essa compreensão, como líder do governo, creio que vai nos ajudar, mas eu vou dizer às senhoras e aos senhores, eu vou ter uma militância para discutir os espaços públicos, para discutir habitação popular, reciclagem de imóveis, reurbanização do Centro Histórico e de bairros que hoje estão perdendo esses espaços. Olhe o que está acontecendo no entorno da nossa gloriosa Av. Farrapos, iniciou com processo habitacional, depois houve usos variados. Ou as senhoras e os senhores acham que o 4º Distrito, ou melhor dizendo, Ramiro, é o 3º e 4º Distritos, 4º Distrito é uma logomarca, não haverá espaço só para comércio? Apesar de que eu gosto de ir nas cervejarias locais, nos bares locais. No entanto, nós precisamos de habitações próximas aos locais de trabalho, é aí que existe a possibilidade verdadeira de uma reurbanização, que Porto Alegre não fique atrás na história. Eu lembro sempre que a cidade é boa quando ela inclui, a cidade tem que separar as pessoas. Nós hoje estamos fazendo uma cidade para automóveis, colocando condomínios que não sei se todos serão habitados, edificações luxuosas e as pessoas não conseguem sair do meio do bairro Menino Deus, do meio da Cidade Baixa, por causa dos arranha-céus, dos espigões que nem sei se sempre serão totalmente ocupados. Mas vou concluir dizendo o seguinte: não voto apenas sim, eu voto “sim”, mas eu vou fazer militância, vou tentar mobilizar, organizar no que eu puder fazer, porque enquanto não vem o Plano Diretor, pelo menos uma coisa boa haverá em Porto Alegre, nós estaremos fazendo ocupações para as pessoas morarem, para dar dignidade para as pessoas, para fazer inclusão social. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, subo à tribuna para discutir o projeto, proposto pela Ver.^a Mônica Leal; temos alguns problemas em Porto Alegre, não apenas um. Os espaços urbanos, os vazios urbanos são um problema grave nessa cidade. Sabemos que boa parte dos recursos que giram aqui na cidade vem do Terceiro Setor, em especial da construção civil. Nós temos muitos empreendimentos sendo erguidos em Porto Alegre, ao ponto que vários outros, mais antigos, estão sendo subutilizados, o que é um problema. A cidade vazia, desocupada não interessa a ninguém; por isso saúdo a Ver.^a Mônica Leal em tentar buscar uma forma para que esses espaços possam ser ocupados, possam ser utilizados, o que vai aumentar de certa forma a disponibilidade de imóveis para que a população possa ter um teto, um lugar para morar, em especial, lugares ou espaços que estejam sem uso. Subi à tribuna também para comentar uma emenda que estamos organizando, pela liderança de oposição, inclusive o Ver. Roberto Robaina vai assiná-la, para contribuir com esse processo. Nessa emenda trazemos dois novos artigos, um especificando que a conversão, no caso, deve atender às condições sanitárias e de habitabilidade, conforme o Código de Edificações, para uso residencial, incluindo área mínima, de iluminação, ventilação,

recolhimento e destinação do esgoto sanitário, número de banheiros por quantidade de habitantes, tudo isso está no Código de Edificações do nosso Município. Então, é só para fazer o ajustamento, porque existem espaços que podem ser transformados em área residencial, enquanto outros talvez não possam, Ver. Ferronato, que ouve atentamente. E uma outra proposta da nossa emenda é que o Executivo precisará refazer os cálculos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, porque muitas vezes serão necessários ajustes, porque uso comercial, muitas vezes, o preço do IPTU não bate com o uso residencial. Então, fazendo esses dois acréscimos ao projeto, acreditamos que vamos somar ao projeto da Ver.^a Mônica Leal boas condições de aprovação no plenário da Casa nesta tarde. Eu agradeço aos vereadores e vereadoras pela sua atenção e esperamos ver a aprovação tanto da nossa emenda como do projeto da Ver.^a Mônica. Muito obrigado.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão e este projeto, quero de antemão cumprimentar os guardas municipais que estão ingressando aqui para acompanhar a sessão. Parabéns pelo trabalho, pelo serviço na segurança dos nossos espaços públicos de saúde, educação, entre tantos outros aparelhos importantes para a cidadania que são guarnecidos pela nossa aguerrida Guarda Municipal. Sejam sempre bem-vindos à Casa do Povo. Nós estamos aqui representando o povo momentaneamente, e esta Casa é de vocês. Mas, sobre este projeto, qual é a minha preocupação? Minha preocupação é a seguinte: nós precisamos, Ver.^a Mônica... O seu projeto não é ruim. Ruim é o governo Melo, que não traz para cá o Plano Diretor, e os vereadores são empurrados para fazer debates de forma parcelada. As iniciativas são salutares, sem sombra de dúvidas, mas nós estamos carentes da discussão do Plano Diretor da cidade como um todo, para a gente pensar o que nós vamos fazer. Hoje, o *home office* chegou para ficar. Muita gente está dando consulta de forma *online*. Tu ligas para o médico, marca e ele já te dá ali o serviço. Às vezes, tu consegues consulta no mesmo dia! Tu ligas, desocupou uma agenda; tu estás a 30 quilômetros de distância do médico e ele te atende. Então, com certeza, cada vez mais espaços de comércio, salas comerciais vão ficando ociosas, mas é preciso debater a cidade como um todo. Nós não podemos debater frações. Nós vamos jogando para a cidadania, individualmente, a responsabilidade que deveria ser da cidade de, a cada 20 anos, debater todos os temas inerentes à ocupação do solo, à distribuição dos serviços, à forma das relações sociais, culturais e econômicas deste Município. Então essa é a minha tristeza. Faz cinco anos que nós estamos atrasados na discussão do Plano Diretor. Então, se tem alguém que é responsável por deixar a cidade abandonada, é o governo Melo. O Plano Diretor, prefeito, tem que vir para esta Casa. Nós não podemos debater de forma parcelada a forma como

a gente vai reorganizar o comércio, o serviço, a habitação na cidade, o acesso aos aparelhos públicos. Nós temos que fazer recálculos. Hoje, por exemplo, nós estamos em uma cidade que tem pelo menos 700 agentes de saúde a menos do que deveria ter, e nós estamos falando de Atenção Básica, Atenção Primária. Agora, neste momento, por exemplo, por falta de respeito à população, o Melo deu férias para o médico terceirizado da Ilha da Pintada. Só tem um médico na Unidade de Saúde Ilha da Pintada, ele deu férias. Ele não conseguiu pegar nenhum outro médico do Vila Nova, do Divina Providência? Não conseguiu colocar o médico lá. Isso é gestão, Melo, gestão; eu vou lhe explicar a palavra gestão: é gerir, o senhor pega um médico de outro posto e deixa ele 20 horas, pelo menos, na Ilha da Pintada, para o morador da Ilha da Pintada não ter que ir até a Ilha dos Marinheiros. E aí o senhor diz que abraça os mais pobres. Um problema de gestão, o senhor diz “privatiza a saúde que melhora”. Olha aí, nem médico nós temos. Capacidade de previsão, antes tinha capacidade de previsão nas distritais. E aí eu pergunto para o secretário Fernando Ritter: cadê o senhor? Lá, durante a chuva, o senhor disse que estava na ilha, mas agora não tem chuva, e a ilha está sem médico, Fernando Ritter; agora dá para o senhor chegar lá e levar um médico. Faz assim, pega pela mão um médico que tem por aí, terceirizado... Previsibilidade. Nós estamos com esses problemas, e não é de hoje. Então o problema do Plano Diretor acopla isso, o problema do acesso ao serviço está colocado nisso. E eu quero dizer, Ver.^a Mônica, que, sinceramente, eu gostaria de não estar discutindo esse projeto aqui, eu gostaria de a cidadania estar discutindo todos esses temas no Plano Diretor, porque eu acho que nós, vereadores e vereadoras, temos conhecimento, mas nós não sabemos tudo, e a gente tem que ouvir os técnicos. Era só isso o que eu queria frisar aqui na tribuna. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, ao PLCL nº 021/23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 021/23 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCL nº 021/23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Ver. Moisés Maluco do Bem, que está presidindo os trabalhos nesta tarde e saúdo também todos os guardas

municipais. Sejam bem-vindos à Casa do Povo. Apenas para dar um informe, foi acatada a solicitação dos guardas municipais, do pedido de uma audiência pública.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, há poucos dias, só para dar um esclarecimento sobre os guardas municipais, estavam todos aqui no plenário, e a gente ajudou a intermediar a solicitação de uma audiência pública sobre o projeto do governo que está tramitando aqui. Segundo a frase de efeito que eles trazem, “Plano de Carreira Não”, não foi discutido com a categoria o plano de carreira trazido pelo governo. Esse assunto vai ficar para o ano que vem, terá audiência pública e o governo explicará suas razões. Os trabalhadores terão vez e voz em um momento oportuno, que será em fevereiro do próximo ano. (Palmas.)

Presidente, queria também, antes da minha fala pontual sobre o projeto de lei, dar a minha solidariedade. Eu estive acompanhando, nesse final de semana, os moradores do Morro da Cruz, de vários bairros da cidade e, principalmente, da Lomba do Pinheiro, que continuam sem água. É lamentável estar acontecendo isso. Amanhã, às 16h, teremos uma reunião no DMAE para tentar solucionar o problema. Por isso acho de extrema importância que a comunidade fique atenta nesse direito que é do cidadão.

O projeto da Ver.^a Mônica Leal é um projeto semelhante ao projeto do Ver. Claudio Janta, é meio que uma clonagem do projeto – me permite, vereadora, eu dizer isso –, meio que uma clonagem do projeto do Ver. Claudio Janta, que, por sua vez, muito claro e preciso, vai permitir que empreendimentos sejam... Me parece que o do Janta era no Centro Histórico ou no 4º Distrito, e o projeto da Ver.^a Mônica estende para outras regiões da cidade. E eu estava dizendo, inclusive para alguns colegas vereadores aqui que, há poucos dias, quando aprovado o projeto do Ver. Janta, um empresário chegou e disse: Vocês aprovaram um projeto de lei, é preciso ter mais cuidado... E eu fiquei muito preocupado com o que ele ia me dizer; ele disse: Os meus empreendimentos não são empreendimentos para, no futuro, alguém querer transformar em apartamentos, porque ele passa a ter uma depreciação do imóvel. Agora eu estava olhando o projeto da Mônica e me parece que o que salva este projeto é que tem que obedecer ao Código Civil. Portanto, nenhuma mudança pode ser feita se não tiver assembleia geral dos condôminos, porque quem manda no imóvel são os condôminos. Nós não podemos tirar a autonomia do proprietário da sala ou proprietário do apartamento. Isso aqui tem que ter um regramento responsável. Então, Mônica, o que salva o teu projeto, e aí há uma certa contrariedade aqui de alguém que falou contrário ou não - respeitando a opinião de cada um - é que, de fato, Cecchim, transfere para uma assembleia geral dos condôminos. Isso dá uma permissão ou não para que esses condôminos estudem, no futuro, que aqueles empreendimentos que têm salas comerciais no primeiro andar e que querem transformar em residência, tem que ser todas as salas daquele andar, porque, senão tu não tens como conviver com salas comerciais e residenciais, me parece que há uma contradição da origem da construção daquele imóvel. Por isso tem que ter a autonomia de quem comprou

o imóvel, e aí depende da assembleia geral, que é a objeção que eu coloco aqui e que o projeto acaba, vamos dizer assim, contemplando. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/23.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, a esta plateia maravilhosa que nos acompanha hoje, meus cumprimentos a todos vocês, sempre juntos. Importante registrar aqui, Ver. Oliboni, como legalista que sou, eu diria que não é o que salva o meu projeto, mas, sim, o direito à propriedade. Jamais faria um projeto em que não estivesse em primeiro lugar o direito ao proprietário. Cabe ao proprietário, através de uma convenção, através de reuniões, decidir o que será importante para os moradores de um prédio, eu sei disso. Então, na mesma hora, sabedora do direito à propriedade, é que eu fiz este projeto, e, por uma razão muito simples, a conversão de imóveis de uso comercial para uso residencial é uma realidade. Nós atravessamos o período pós-pandemia, a sociedade, a população, atravessa um caos econômico, famílias tirando crianças de colégio particular, abrindo mão de planos de saúde, mudando de moradias por causa dos condomínios, profissionais liberais sem usar salas comerciais, porque mudou, hoje nós temos o sistema *online*. Então nada mais correto do que um reaproveitamento daquilo que já existe e foi o que eu busquei fazer, simplesmente reutilizar os imóveis que nós temos na cidade de Porto Alegre, claro que com a autorização dos condôminos. É importante também deixar claro que este projeto foi protocolado em maio de 2022, ele tinha como objetivo a conversão dos imóveis de uso comercial para uso residencial, contudo, este projeto teve, na época, um parecer da procuradoria da Casa com a sugestão de adequação para o projeto de lei complementar. Eu reforço, eu sou legalista, eu imediatamente atendi a orientação do procurador e transformei o projeto em lei complementar. Então, incluí os parágrafos 1º e 2º, no art. 239 da Lei Complementar que institui o Código de Edificações de Porto Alegre que, inclusive, dispõe sobre a reciclagem com a mudança de uso. Como a lei das edificações é vaga em relação à reciclagem de imóveis comerciais para residenciais, pois trata somente dos casos de mudança de uso de imóveis residenciais para comerciais, eu verifiquei a necessidade da complementação, especificando a possibilidade da reciclagem de imóveis comerciais para residenciais. Eu quero deixar aqui e destacar que é importante que a proposta é extremamente pertinente pelo momento econômico que a sociedade vive. Diz respeito ao grande número de políticas públicas que já estão em curso em várias capitais importantes do mundo. Ainda por causa da pandemia do covid-19, muitos imóveis comerciais estão vazios, então não tem porque nós deixarmos esses imóveis sem uso, vazios se nós podemos fazer uma reutilização. Essa é a intenção. Assim, respeitando o princípio da cidade compacta, é importante priorizar o que já existe em construção, viabilizando a mudança de uso dos imóveis para que estes possam, de fato, ser utilizados de acordo com a necessidade da cidade e da população, girando a economia ao invés de manter imóveis em desuso e principalmente trazendo sérios problemas até para a conservação do prédio.

Eu lembro que, desde pequena, eu ouvi uma frase que me chamou muito atenção do meu sábio pai Pedro Américo Leal: “Tijolo não paga a conta”. As pessoas precisam ter condições financeiras para arcar com a sua despesa mensal. E nós temos aí uma possibilidade que é a conversão de imóveis do uso comercial para residencial. Gostaria de contar com apoio de todos os colegas vereadores e vereadoras, pois é um projeto extremamente importante que sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas, porque está pensando na população, nos porto-alegrenses. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Emenda n^o 01, destacada, ao PLCL n^o 021/23.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Eu quero contribuir aqui com uma discussão do debate, acompanhando meus antecessores na tribuna e da fala da Ver.^a Mônica Leal, dizendo que o projeto dela vem ao encontro de uma necessidade urbanística que as grandes cidades brasileiras estão passando, principalmente naquilo que toca às regiões centrais da cidade. Por quê? Porque os prédios vão ficando antigos e também precisam ter as suas adequações arquitetônicas, estruturais, tecnológicas e urbanísticas. Bom, com isso, aqueles que não conseguem acompanhar essas adequações vão ficando obsoletos; ficando obsoletos eles acabam inclusive ficando com dívidas públicas municipais dos serviços e dos impostos, como IPTU, e acabam ficando com grandes dívidas ao poder público municipal e não conseguem mais se recuperar. Vereadora Mônica, nesse momento, o governo federal lançou um programa que se chama Retrofit, que é para fazer a readequação dos prédios abandonados e/ou prédios antigos, com um objetivo, é claro, que é a habitação. Se nós olharmos a região central de Porto Alegre hoje, além do Centro Histórico, nós temos em torno de 15 mil unidades habitacionais desabitadas por várias razões, por não terem condições de habitação ou precisando a adequação urbanística ou adequação de legalidade. Então eu acredito que depois os detalhes da regulamentação de um projeto de lei com essa disposição acontecem, é óbvio que um prédio não pode ser modificado se não for de acordo com seus condôminos, e aí entra a legislação dos condomínios, que é uma legislação específica e depois cada condomínio também tem os seus conjuntos de regras que têm que ser seguidas. Creio que o projeto da Ver.^a Mônica abre a possibilidade dessa regulamentação *a posteriori*, mas ele é um projeto que vem ao encontro da necessidade da adequação urbanística. E aí o que é que as grandes cidades fazem e o que é que as populações que têm menos renda fazem? Por não terem condições de morar nas regiões urbanizadas, onde tem água, tem luz, tem emprego, tem telefone, vão morar na periferia ou vão morar nas comunidades irregulares, como é o caso da Lomba do Pinheiro, que já está sem água há quase 15 dias, essa população passa a sofrer. Imagine um trabalhador de um restaurante no Centro, que sai e anda uma hora e meia de ônibus até a Lomba do Pinheiro, chega em casa, não tem água nem para tomar banho. Por que é que nós não temos e não devemos utilizar as zonas centrais, as zonas estruturadas, as zonas qualificadas, as zonas com condições de

revitalização? Aí, Ver.^a Mônica, tem o Retrofit como um projeto do governo federal e também tem o Minha Casa, Minha Vida, faixas dois e três, esses projetos podem se adequar. Por que é que nós não fazemos projetos para a segurança pública, para os nossos brigadianos, que estavam protestando há poucos dias aí na Câmara pela reposição de 62 de defasagem dos seus salários, para os professores, para os garçons, para quem trabalha no comércio? O Ver. Janta, que é ligado ao tema dos comerciários, bom, pode se fazer uma grande e ampla campanha para isso. Eu votarei favorável ao projeto da Ver.^a Mônica, no sentido de que ele vem para dar suporte à política nacional da revitalização dos prédios abandonados dos centros das cidades. Não é só no centro, é em todo o perímetro urbano, mas eu falo no centro aqui, porque o nosso Centro está abandonado e merece esse olhar, inclusive, leis que possam auxiliar na sua recuperação. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, queria parabenizar a vereadora pelo projeto, muito bom. Assim como dito antes, ele é uma continuação daqueles projetos que já foram aprovados, inclusive, um do Claudio Janta, mas eu concordo com a vereadora que ajuda muito. Eu só queria aproveitar a oportunidade e, primeiro, pedir desculpa por não estar presencial. Estou com covid, acabei não mandando o atestado para a Câmara, porque não estou indo presencial, então, só comunicando por que não estou presencial. A questão é que eu pretendo votar contra a emenda, eu vou só explicar o porquê e peço que os vereadores avaliem por que eu vou votar contra e, de repente, concordem com a minha analogia. Embora seja meritório, toda vez que nós fazemos algum tipo de regra para autorizar algum tipo de empreendimento, a gente acaba burocratizando, e, na prática, a gente acaba desincentivando as pessoas a buscarem a regularização. O projeto é importante porque ele dá a possibilidade de a pessoa transformar uma área comercial que estava desativada para habitação – *show* de bola, parabéns, grande coisa. A questão é que, se nós formos colocar que tenha que exigir tantas coisas como se fosse um projeto inicialmente projetado para a questão, vai se exigir, por parte da pessoa que está fazendo essa transformação, algumas exigências que, às vezes, são absurdas. Então, eu acho que a emenda da esquerda tem uma boa intenção, mas é uma boa intenção que, na minha opinião, acaba prejudicando, especialmente as pessoas que não têm condições de pagar o engenheiro para fazer as modificações que vão permitir como se fosse um habite-se para aquele local. Então, eu acho que, embora seja boa intenção da esquerda em colocar a emenda, ela vai prejudicar quem eles querem proteger, que são as pessoas mais humildes. É óbvio que vai ter locais que não vão ser adequados para fazer a moradia, é óbvio, mas a pessoa que tem que julgar se ela deve aceitar morar naquele lugar que ela está comprando ou não. Não acho que tenha que ser nós aqui trazer mais uma obrigação para um burocrata, para ele dizer se pode ou não pode transformar o empreendimento. A gente sabe que isso acaba sendo burocrático, demorado

e, muitas vezes, inclusive, um caminho para, enfim, algum tipo de relação espúria. Então, para não criar uma dificuldade a mais, achando que é meritório o projeto, eu votarei contra à emenda, mas a favor ao projeto. Era isso, obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente Moisés Barboza, comandando os trabalhos. Eu acho que o Ver. Oliboni foi indelicado aqui, Ver.^a Mônica, quando disse que V. Exa. tinha clonado a lei do Ver. Janta em relação ao Centro, que, inclusive, eu coloquei uma emenda em relação ao Centro: até 60 metros. Nesse caso, Mônica, não tem, eu acho que fica bem assim, deixa aberto, por que quem vai regulamentar é a Prefeitura. Falou-se tanta coisa aqui, o Código Civil já sustenta essa questão, ou seja, os inquilinos têm que decidir sempre. Não adianta, isso é igual ao condomínio da gente, tem a convenção. Diga-se de passagem, como eu fui secretário de obras, isso aí não é só ter que cadastrar; a Prefeitura tem que regulamentar; a Prefeitura, para passar de comercial para residencial, o proprietário vai ter que fazer um novo projeto que tem que ser aprovado na Prefeitura. Portanto a Prefeitura vai fazer muitas exigências, até porque também nem sempre o empresário dono do prédio que é comercial e que, naquele momento, está desocupado, muitos deles não vão querer que seja residencial, então, depende muito da circunstância. O projeto da Ver.^a Mônica é muito bom porque abre essa perspectiva, não tem nada que diga no Plano Diretor que é proibido, e a Ver.^a Mônica está regulamentando o que pode complementar o Plano Diretor, abrindo essa brecha, que é muito bem-vinda. Quero lembrar aqui, e andaram me pressionando quando eu fiz aquela emenda dos imóveis usados, que o DEMHAB deveria usar não só na Caixa Federal, a compra dos novos, e sim dos usados. Teve um funcionário da Prefeitura que andou pressionando para dizer que estava errado; não está errado nada! São imóveis novos e imóveis usados, se a Caixa Federal, Ver. João Bosco, dá para os novos, por que não dá para os usados? Quando nós compramos, se compramos usado, e quisermos financiar, nós vamos no banco financiar o imóvel usado. Então, isso vem ao encontro daquilo que nós já votamos aqui de que o DEMHAB deve dar prioridade também para os imóveis usados. Não façam nada contrário a isso, porque contrário a isso eu vou para justiça. Não pode, tem cumprir a lei! Então, Ver.^a Mônica, o projeto de V. Exa. é muito bom, não tem problema se amplia o que eu e o Ver. Janta fizemos, acho que tudo que é bom para cidade... a cidade mudou muito, tem regiões que eram comerciais não são mais, tem regiões que eram residenciais e são comerciais. A cidade se movimentou e automaticamente as circunstâncias levam ao negócio. Se é bom para moradia faça de moradia; se é bom para comercial, aproveita-se para comercial, valorizando a região. Então, nós vamos votar, Mônica, e a V. Exa. nem tinha me pedido, como colega de partido, mas quero dizer que, quando o projeto é bom, nós devemos aprovar. E seu projeto é muito bom, vem ao encontro daquilo que nós já pensávamos aqui quando discutimos o do Janta, que também foi bom. Um abraço, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCL nº 021/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Em votação o PLCL nº 021/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1175/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 023/23, que altera o § 11 do art. 20 e os subitens 7.02 e 7.05 da Tabela XII e revoga o item 3 da al. *a* do § 1º do art. 20 e o inc. I com suas alíneas, e o inc. II do § 11 do art. 20, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, para dispor acerca da base de cálculo dos serviços a que se refere o subitem 22.01, da revogação da receita presumida como preço do serviço, para os serviços enquadrados nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, e da redução das alíquotas dos serviços enquadrados nos subitens 7.02 e 7.05 para 2,5% até 31 de dezembro de 2038.

(SEI 118.00622/2023-14)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Idenir Cecchim (Líder do Governo);
- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLCE nº 023/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE nº 023/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 023/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0314/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/23, de autoria da Ver^a Mari Pimentel e do Ver. Tiago Albrecht, que estabelece a disponibilização dos dados do cadastro imobiliário do Município de Porto Alegre relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para consulta e *download* por meio de portal de informações. (SEI 211.00039/2023-82)

Parecer:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 156/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir a matéria, como autora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Moisés, vereadores aqui do plenário, público que nos acompanha na TVCâmara, esse projeto, na verdade, é um projeto que traz uma revolução para Porto Alegre, no sentido de a gente mostrar que a gente é a capital do futuro. Se nós perdemos, de acordo com o Censo, 70 mil habitantes em Porto Alegre, perdemos para a vizinha Santa Catarina, para São Paulo, muitas vezes, vereadores; não é por questões de isenções tributárias, é por serem ambientes favoráveis à inovação, ambientes favoráveis à transparência e ambientes favoráveis também a geração de negócios. E esse projeto é sobre moradias e geração de negócios das moradias. É sobre, Ver. Alex Fraga, baixar o custo do acesso à moradia, que a gente sabe que impacta as camadas mais populares da nossa cidade. E já se tem estudos que projetos como esse impactam em 15% a redução do valor das transações imobiliárias. Um projeto construído, não só pela presente vereadora, mas por outros vereadores, pelas entidades que representam o setor, pelos corretores imobiliários de Porto Alegre;

mostrando que a Porto Alegre do futuro, Ver. Adeli, a Porto Alegre que eu quero que meus filhos morem, que a gente quer empreender, que a gente quer que os jovens optem por ficar em vez de irem para Santa Catarina ou São Paulo, é a Porto Alegre da transparência e do ambiente pró-negócios. Esse é o projeto do cadastro imobiliário. Então, é um projeto que já está num piloto dentro da Prefeitura, e hoje através de um projeto de lei nós buscamos que ele se consolide na nossa capital, como um ambiente favorável a negócios e o ambiente onde as transações possam ocorrer de maneira mais dinâmica, Ver.^a Mônica Leal. Um projeto como a senhora aprovou o seu, que favorece o ambiente de negócios do mercado imobiliário. Nós vemos aqui que a grande questão é a assimetria de informações. Então, o vereador, que conhece muito bem a cidade, sabe que muitas vezes tem alguém querendo comprar um imóvel e o outro querendo vender. E a gente tem uma situação em que, como temos assimetria de informações, o preço para se negociar acaba, muitas vezes, demorando muito tempo. Com isso, muitas vezes, as pessoas compram por um preço maior ainda o imóvel que poderia ser transacionado por um preço menor, ou demora mais para alguém escolher um imóvel para comprar e outra pessoa para vender. Para gerar mais negócios e ter mais transparência, a gente busca, através dessa plataforma, que a Prefeitura favoreça alguns dados. Aqui já temos algumas posições da Secretaria da Fazenda com relação à LGPD. Nós já estamos contemplando toda a lei de proteção de dados no projeto, nós temos emenda do Ver. Claudio Jana também, trazendo uma contribuição importante para o projeto. Nós já temos hoje esses dados na plataforma da própria Prefeitura, então, não vemos nenhuma restrição como a Secretaria da Fazenda tem buscado nessa informação. Reduz o custo do ITBI, aumenta as transações e aumenta a cidade que a gente quer, que todo mundo tenha acesso à moradia e que moradia não seja mais um luxo; seja uma realidade para qualquer um, para os jovens que estão saindo de casa, para o cidadão da periferia ou para qualquer um que queira escolher a nossa capital para morar e construir seu futuro. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL n^o 156/23.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): (Problemas na conexão.) ...a sua população por uma política que vem sendo desenvolvida que nos remete a uma concentração de renda e não para uma distribuição de renda. Porto Alegre e o Rio Grande do Sul ainda priorizam a lógica da grande propriedade, do latifúndio. Santa Catarina é a campeã em pequenas e médias propriedades, e a pauta lá nas pequenas cidades...

Diante disso, queria dizer que Porto Alegre tem uma periferia muito grande, que não tem oportunidade de trabalho e de moradia. Inclusive nós temos ainda 720 comunidades, 720 vilas irregulares na cidade de Porto Alegre. Essas vilas irregulares não entram para dentro de um cadastro legal de poder colocar o seu imóvel para venda dentro dos *sites* oficiais, porque não têm habite-se. Se não tem habite-se, aquele pequeno comércio que existe não tem o alvará. Se não tem o alvará, muitas vezes, a fiscalização vai lá e achaca... (Problemas na conexão.) Essa será uma realidade aqui de Porto Alegre.

Nós temos uma lei, eu tive o prazer de, em 2012, aprovar uma lei que determinava os regimes urbanos de vários bairros, como... (Problemas na conexão.) ...como a Boa Vista, como a Ponta Grossa, enfim, vários bairros que estavam indefinidos e que na época nós dizíamos que aquilo ali já tinha que ser... (Problemas na conexão.) ...de imediato. O secretário da Fazenda na época, que era o Ver. Valter Nagelstein, defendeu contra, e o governo aceitou dizer que esses bairros precisavam ser regularizados e ele assumiu o compromisso de em 12 meses regularizar, e até hoje não foi feito, até hoje essas comunidades continuam irregulares. (Problemas na conexão.) ... que facilite o olhar da troca de informações, da comercialização do tema habitacional, isso é benéfico para a cidade. (Problemas na conexão.) ...tecnológica é fundamental, ainda bem que agora o Presidente Lula retirou da lista de privatizações o Ceitec, a única fábrica de *chips*... (Problemas na conexão.) Portanto, neste caso, Ver.^a Mari, conte com o meu voto para auxiliar na aprovação e na realização deste projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 156/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que paga impostos nesta cidade, este é um projeto construído há diversas mãos, é um projeto da bancada do NOVO, mas que também veio da sociedade civil organizada, é um projeto sobre o qual nós nos debruçamos, fizemos reuniões, e temos a certeza, vereadores Cassiá e João Bosco Vaz, que nos interpelaram aqui na subida, de que é um projeto que pode ser, inclusive, disruptivo para essa cidade; por isso eu gostaria de pedir a sensibilização do líder Cecchim, da vice-líder Cláudia, do Presidente em exercício e vice-líder do governo, Moisés, para que a gente possa compor, nesse projeto, que aliás já está rodando em diversas capitais – em São Paulo, Ver. Ferronato, já tem esse projeto. Uma das alegações é a respeito da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, porém os dados divulgados são sobre o imóvel, é transparência inclusive com relação ao imóvel para possível venda e também depois cálculo de impostos; por isso, não é um projeto, novamente, de governo versus oposição, não é um projeto do NOVO, querendo puxar o tapete; nada disso, é um projeto em que a cidade de Porto Alegre será protagonista, é um projeto em que a sociedade porto-alegrense vai ter mais transparência, Ver.^a Mônica, que me concede a atenção nesse momento. Porto Alegre vai ter, na sua sociedade, mais acesso aos dados. Repito, não se trata de dados pessoais; por isso, repito, Ver. Cecchim, Ver.^a Cláudia, Ver. Moisés, se nós pudermos compor, se nós pudermos, juntamente com a Fazenda, mostrar que esse projeto já está rodando em outras partes e não é um projeto de governo, mas de estado, é um projeto de cidade de Porto Alegre. Então, gostaríamos de poder fazer essa composição com o governo, obviamente também com a oposição – conversei com líder do PT, Ver. Jonas Reis, e a orientação do PT é sim nesse projeto. Então, encerro por aqui, pedindo que Vossas Excelências venham até nós ou nós vamos até vocês, para tentar compor; quem sabe esse projeto seja aprovado por unanimidade, com uma Porto Alegre mais

transparente, uma Porto Alegre com dados de cadastro, repito, do imóvel e não das pessoas proprietárias do imóvel, como a Porto Alegre que oferece mais dados e assim é mais transparente. Tenho certeza de que esse projeto orgulha o vice-prefeito Ricardo Gomes, que é liberal como nós, pois é um projeto que visa inclusive a dar mais subsídios à sociedade civil organizada. Pela atenção, muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 156/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, o PLL nº 156/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**; 1 votos **NÃO**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, os vice-líderes aqui, com a permissão dos líderes, estão fazendo um acordo possível em blocos: projetos de títulos serão individuais...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Projetos em bloco não podem ser votados, vereador.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Projeto de títulos vão ser individuais; projetos do governo; projetos de vereadores.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Posso sugerir?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu não tinha terminado ainda.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu só gostaria de solicitar a presença dos líderes aqui à Mesa. Vamos suspender a sessão para que possamos resolver esses problemas. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h35min.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): (17h37min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, segundo o acordo de lideranças, decidimos pela seguinte ordem de votação: o PLL nº 586/23, o PLL nº 493/23 e o Requerimento nº 225/23; logo após, o PLCE nº 030/23, o PLCE nº 025/23, o PLE nº 039/23, o PLE nº 038/23 e o PLCE nº 022/23, sem discussão; em seguida, o PLL nº 082/21, o PLL nº 336/22, o PLL nº 282/22, o PLL nº 419/21, o PLL nº 105/23 e o PLL nº 442/21, sem discussão. Os demais projetos, a princípio, ficam para a quarta-feira.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, se depender da oposição, nós damos acordo. Isso não quer dizer que, no projeto específico a ser votado individualmente, a gente possa se abster, votar contrariamente ou votar favoravelmente. Esse é o acordo, porque, dos cinco projetos apresentados, tem dois que têm restrições, mas o fundamental é que os projetos que tratam do Previmpa não sejam votados hoje. Eles dever ir para quarta-feira, e já fiz um apelo ao líder do governo para que o do Previmpa, o do conselho, não seja votado este ano. Então, já foi registrado com a liderança de plenário para poder, inclusive, agilizá-lo na quarta-feira.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0994/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 586/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Roberto Dimari Rodrigues. (SEI 039.00106/2023-80)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o **PLL nº 586/23**. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0835/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 493/23, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Carlos Antônio Abunader Kalil. (SEI 023.00049/2023-44)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 493/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 009/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 4.176/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual encaminha o PLE nº 046/23, que altera o inc. IV do art. 2º e o caput do art. 3º; inclui o § 7º no art. 7º; e revoga os incs. I, II e III e os §§ 1º ao 6º do art. 3º, o art. 4º e o 5º da Lei nº 12.422, de 14 de junho de 2018” (Proc. nº 1323/23 - SEI nº 118.00679/2023-13).

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e da Ver.^a Lourdes Sprenger, ao PLL nº 419/21.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 419/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 225/23 – (Proc. nº 1244/23 – Ver. Engº Comassetto) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Motoristas e Entregadores por Aplicativos. (SEI 154.00092/2023-60)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o [Requerimento nº 225/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1271/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 030/23, que cria o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Defesa Civil de Porto Alegre (DCPA) no Gabinete do Prefeito (GP) e dá outras providências. (SEI 118.00650/2023-23)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM.** Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- Incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLCE nº 030/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO,** com abstenção dos vereadores Prof. Alex Fraga, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Jonas Reis e Aldacir Oliboni.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1194/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 025/23, que altera o inc. II do § 1º do art. 63 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho

de 2015, o inc. XIX do art.1º da Lei nº 11.404, de 27 de dezembro de 2012; cria 1 (um) Cargo em Comissão (CC) de nível 8 de Diretor-Geral na letra c do Anexo I; extingue 1 (um) Cargo em Comissão (CC) de nível 8 de Superintendente de Licitações e Contratos na letra c do Anexo I, ambos da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; e revoga os arts. 59, 60, 61 e 62 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015. (SEI 118.00638/2023-19)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLCE nº 025/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com manifestação contrária dos vereadores Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Jonas Reis, Pedro Ruas, Adeli Sell, Karen Santos e Aldacir Oliboni.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1189/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 039/23, que altera os incs. I e II do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.941, de 23 de dezembro de 2021, prorrogando até 31 de dezembro de 2025 os efeitos das gratificações de produtividade da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (Smharf), e Departamento Municipal de Habitação (Demhab). (SEI 118.00631/2023-05)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLE nº 039/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht e da Ver.^a Mari Pimentel.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1184/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/23, que altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 12.662, de 21 de janeiro de 2020, que institui o Programa de Residência Técnico-superior (PRTS) no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00628/2023-83)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver.^a Fernanda Barth: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLE nº 038/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Prof. Alex Fraga, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Adeli Sell, Jonas Reis e Aldacir Oliboni.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 563/23 da priorização de votação e que seja incluído como primeiro na ordem de priorização da próxima sessão.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 015/22 da priorização de votação e que seja incluído como segundo na ordem de priorização da próxima sessão.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1154/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 022/23, que altera o § 5º do art. 12, o § 2º do art. 16, o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 35, o § 4º do art. 36, o *caput*, os incs. I e II do art. 37, o parágrafo único do art. 42, o *caput* e o § 1º do art. 43; inclui o § 1º no art. 34, o § 7º no art. 36, os §§ 1º, 2º e 3º no art. 37, o § 2º no art. 43; renumera o parágrafo único para § 1º no art. 43, todos da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, que estabelece normas para instalações hidrossanitárias e serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE); e revoga os arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 206, de 28 de dezembro de 1989. **(SEI 118.00614/2023-60)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Fernanda Barth: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLCE nº 022/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Jonas Reis.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 082/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0248/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 082/21, de autoria das Ver^{as} Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Karen Santos e Laura Sito e do Ver. Matheus Gomes, que inclui a efeméride Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e Periféricas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de março. **(SEI 216.00057/2021-06)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver. Laura Sito;
- adiada a discussão por duas Sessões em 29

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 082/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO**, por 21 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nós fizemos um acordo aqui para votar esses projetos em bloco.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Vereador, líder, peço que V. Exa. converse com o autor do pedido para ver se eles retiram. Ver. Oliboni, tu mesmo disseste que eventualmente iria querer registrar alguns votos, eu me lembro disso.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, só para confirmar: há um acordo de votarmos “sim” nesses projetos.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): Gostaria de convidar os vereadores para um almoço de despedida do nosso ano na quarta-feira, meio-dia, lá no Barranco. Os vereadores que puderem estar lá, é por adesão, depois a gente vai mandar as informações.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0664/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 336/22, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece a temática da Educação Antidrogas nas disciplinas do currículo escolar a partir do 5º ano do ensino fundamental nas escolas públicas e privadas localizadas no Município de Porto Alegre e cria o Selo Escola Sem Drogas. **(SEI 034.00342/2022-10)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto (empatado);
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela rejeição do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 336/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com manifestação contrária dos vereadores Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Jonas Reis, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo e Engº Comassetto.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0556/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 282/22, de autoria da Verª Atena Roveda, que tomba o *slam* como patrimônio cultural do Município de Porto Alegre. **(SEI 285.00001/2022-65)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cechim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovanni Culau e Coletivo: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 16-08-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 282/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Na presença ilustre da autora do projeto, Atena Roveda, está aprovado o seu projeto. Uma salva de palmas, pois a vereadora está realmente emocionada por ver o seu projeto aprovado. (Palmas.) Parabéns, vereadora! A gente sabe o quanto é importante este momento para Vossa Excelência.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, se me permite, num acordo foi feita a emenda ao PLL nº 419/21. Peço o apoio, então, à emenda da Ver.^a Lourdes, que o readequou, é importante, e tem o acordo da Casa toda. Obrigado.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0995/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 419/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui § 4º no art. 2º, parágrafo único no art. 3º e art. 4º-A na Lei nº 12.743, de 6 de novembro de 2020 – que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de Guias Intérpretes para Pessoas com Deficiências Auditivas, Surdos e Surdocegos – determinando a disponibilização mínima de intérpretes na área da saúde, os seus respectivos treinamentos e habilitação, bem como estabelecendo sanções ao descumprimento do que determina. **(SEI 021.00232/2021-80)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Biga Pereira: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela rejeição do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 02-10-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 419/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 419/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 419/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Registramos a intenção da Ver.^a Karen Santos de votar contrariamente ao PLCE nº 030/23.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0227/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/23, de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, que institui a política pública Menstruação Sem Tabu no Município de Porto Alegre. (SEI 234.00069/2023-76)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver.^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver.^a Mônica Leal: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 13-12-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 105/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Jessé Sangalli, Fernanda Barth e Comandante Nádia.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1040/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 442/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que obriga o nivelamento de tampões, caixas de inspeção e tampas metálicas de telefonia, de energia elétrica e de esgoto cloacal, por parte das empresas por eles responsáveis, nos locais em que forem executadas obras de pavimentação, recapeamento, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios e vias públicas. **(SEI 024.00106/2021-22)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela rejeição do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 04-12-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 442/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Jessé Sangalli.

Antes de encerrarmos, eu gostaria de agradecer aos colegas da Mesa Diretora, em especial, por óbvio, ao Presidente Hamilton Sossmeier, à Ver.^a Cláudia Araújo e aos demais colegas – Ver.^a Lourdes, Ver. Alvoni, Ver. Airto Ferronato e Ver. Oliboni – pela satisfação e pelo prazer. Provavelmente, este que vos fala, nesta tarde, encerra um ciclo de poder, às vezes, estar aqui. Queria agradecer de coração a compreensão de todos os colegas. Por favor, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): V. Exa., com sua humildade de sempre, faz agradecimentos. Quem agradece somos nós. Provavelmente, na próxima quarta-feira, o senhor vai repartir com o Presidente Sossmeier novamente este posto que muito bem o senhor desempenhou e vai desempenhar em todos os lugares em que o senhor estiver.

Eu queria agradecer aos vice-líderes da oposição e do governo pela ideia brilhante que tiveram de fazer um bloco. Hoje de manhã, o Ver. Tiago teve uma ideia semelhante, e agora os dois vice-líderes conseguiram que nós pudéssemos ter votado todos esses projetos e, às 18h05min, pudéssemos encerrar esta sessão. Por isso solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, ressaltando que realmente tivemos um belíssimo aproveitamento da apreciação e aprovação de quatorze projetos na tarde de hoje. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez vereadores presentes. Não há quórum.

A pedido do Presidente Hamilton, lembro a todos que amanhã não temos reunião extraordinária, apenas as atividades das comissões e, por pedido do nosso Presidente, ressalto o convite, por adesão, para o almoço no restaurante Barranco, na quarta-feira, antes da nossa sessão.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h09min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *